

R C & C

REVISTA DE CONTABILIDADE E CONTROLADORIA

CONHECIMENTO DOS DOCENTES DE CONTABILIDADE
SOBRE AS NORMAS INTERNACIONAIS**KNOWLEDGE'S ACCOUNTING TEACHERS ABOUT THE INTERNATIONAL
STANDARDS**

Recebido em 21.06.2013 | Aceite final em 18.10.2013 |

Nota: este artigo foi aceito pelo Editor Jorge Eduardo Scarpin e passou por uma avaliação *double blind review*

A reprodução dos artigos, total ou parcial, pode ser feita desde que citada a fonte.

JAQUELINE KUHN

Graduada em Ciências Contábeis | Universidade Federal de Goiás | Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas | Campus II | Caixa-postal 131 | Goiânia-GO | Brasil | CEP 74001-970 | Telefone (+5562) 3521-1390 | E-mail: jaqueline.kuhn@hotmail.com |

LÚCIO DE SOUZA MACHADO

Doutorando em Psicologia | Pontifícia Universidade Católica de Goiás | Professor da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia | Universidade Federal de Goiás | Campus II | Caixa-postal 131 | Goiânia-GO | Brasil | CEP 74001-970 | Telefone (+5562) 3521-1390 | E-mail: lucio@florestaauditores.com.br |

MICHELE RÍLANY RODRIGUES MACHADO

Doutoranda em Administração | Universidade de Brasília | Professora da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas | Universidade Federal de Goiás | Campus II | Caixa-postal 131 | Goiânia-GO | Brasil | CEP 74001-970 | Telefone (+5562) 3521-1390 | Ramal 1915 | E-mail: michelerilany@gmail.com |

RESUMO

O problema desta pesquisa é: qual o nível de conhecimento dos docentes de cursos de graduação em Ciências Contábeis da região metropolitana de Goiânia acerca das normas internacionais de contabilidade? O objetivo geral da pesquisa é avaliar o nível de conhecimento desses docentes de contabilidade acerca das normas internacionais de contabilidade. Em relação à metodologia, este estudo se classifica como descritivo em relação aos objetivos, utilizou-se como estratégia de pesquisa o levantamento e como técnica de coleta de dados o questionário. Para a análise dos resultados, dividiu-se os pronunciamentos (CPCs) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis em três partes: Parte 1, Parte 2 e Parte 3. Os resultados mostraram que a média de conhecimento dos professores da Grande Goiânia para os CPCs da Parte 1 é de 6,54, da Parte 2 é de 5,00, e da

Parte 3 é de 4,79. A média de conhecimento relativa a todos os CPCs usados na pesquisa é 5,46. Concluiu-se que o nível conhecimento é baixo e que os professores não estão atualizados em relação às IFRS, considerando que a convergência total no Brasil ocorreu em 2010.

Palavras-chave: Nível de Conhecimento. Docentes de Contabilidade. Normas Internacionais de Contabilidade.

ABSTRACT

The problem of this research is: what is the knowledge level of the teachers of undergraduate courses in Accounting of the Goiânia metropolitan region about international accounting standards? The general objective of this research is valuate the knowledge level of these accounting teachers about international accounting standards. Regarding the methodology, this study is classified as descriptive about the objective, used the survey as search strategy and the questionnaire as data collection technique. For analysis of the results, the pronouncements of Accounting Pronouncements Committee (CPC) were divided in three parts: Part 1, Part 2 and Part 3. The results showed that the knowledge mean of lecturers of the Greater Goiânia for the Part 1 CPCs is 6.54, for Part 2 is 5.00, and for Part 3 is 4.79. The knowledge mean regarding all CPCs used in the research is 5.46. It was concluded that the knowledge level is low and that the teachers aren't updated in relation to IFRS, whereas the total convergence occurred in Brazil in 2010.

Keywords: Knowledge Level. Accounting Professors. International Accounting Standards.

1 INTRODUÇÃO

Com a globalização surgiu o estreitamento das barreiras entre os países e, conseqüentemente, a internacionalização e interligação dos mercados. Assim, a contabilidade e os profissionais contábeis são afetados pelas constantes mudanças que ocorrem no cenário mundial. Há a necessidade de desenvolver normas de contabilidade que reduzam as diferenças das informações contábeis dos países, tendo em vista que eles possuem suas próprias normas. Esta necessidade fez com que surgisse o processo de harmonização (convergência) das normas contábeis. Almeida, Fonteles e Oliveira (2011, p. 1) afirmaram que “a harmonização contábil significa a adoção de avançados padrões contábeis, de qualidade e de aceitação internacional convergindo-os às normas locais de contabilidade de cada nação”.

Segundo o *International Accounting Standards Board (IASB) Insight* (2007), ao longo desse processo foi criado o *International Accounting Standards Committee (IASC)*, em 1973, e o IASB, que “substituiu” o IASC, em 2001. Em 2002, o IASB assinou o Memorando de Entendimento com o *Financial Accounting Standards Board (FASB)*, órgão normatizador dos Estados Unidos, de acordo com Lemes e Silva (2007). O IASB é o responsável pela emissão das *International Financial Reporting Standards (IFRS)*, normas internacionais de contabilidade, que ganham mais notoriedade entre os pares. No Brasil, as normas brasileiras de contabilidade emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) são baseadas nas normas do IASB.

Com a convergência das normas de contabilidade, os profissionais contábeis precisam se atualizar constantemente em relação às normas internacionais de contabilidade (IFRS). Os futuros profissionais, que ainda estão estudando, têm o primeiro contato com essas normas por meio de

seus professores, que devem possuir conhecimentos adequados para que o aprendizado dos alunos seja eficaz. Almeida, Fonteles e Oliveira (2011, p.2) abordaram o tema:

[...] o aluno em formação nas universidades serão os futuros profissionais atuantes nos mais variados ramos do mercado. Oferecer aos discentes conteúdos adequados e atualizados com as exigências do mercado é obrigação destas instituições. [...]. A qualidade do conteúdo dos cursos de graduação em Ciências Contábeis também é responsabilidade dos docentes.

Alguns estudos foram realizados no Brasil para averiguar o grau de conhecimento dos docentes e discentes sobre a contabilidade internacional, sendo seus autores: Bim, Nogueira e Reis (2010), Oliveira e Varella (2011), Pereira (2011), Almeida, Fonteles e Oliveira (2011) e Fernandes *et al.* (2011). Também foram realizadas pesquisas em outros países, como na Indonésia, por Hiramatsu, Mayangsari e Saito (2012), e nos Estados Unidos, por Dorman (2012) e Wehrung (2011).

O número de pesquisas no Brasil sobre conhecimento das normas internacionais de contabilidade ainda é pequeno, em virtude de a convergência total ter ocorrido recentemente (2010). A região Centro-Oeste é ainda mais carente de pesquisas na área. Em decorrência dessa lacuna, este estudo visa responder a seguinte questão de pesquisa, a saber: qual o nível de conhecimento dos docentes de cursos de graduação em Ciências Contábeis da região metropolitana de Goiânia (Grande Goiânia) acerca das normas internacionais de contabilidade?

O objetivo geral da pesquisa é avaliar o nível de conhecimento dos docentes de cursos de graduação em Ciências Contábeis (modalidade presencial) da Grande Goiânia acerca das normas internacionais de contabilidade, por intermédio das respostas conferidas pelos próprios docentes acerca dos pronunciamentos contábeis vigentes. Esta pesquisa se justifica pelos poucos estudos sobre a atualização dos professores de Ciências Contábeis após a convergência total das normas brasileiras de contabilidade aos padrões internacionais, para divulgar aos gestores e coordenadores de cursos de ciências contábeis a necessidade de definir políticas de capacitação de seu quadro docente, e expandir os estudos sobre o nível de conhecimento dos professores sobre os diversos normativos vigentes, todos aderentes às normas do IASB, por região do Brasil.

A necessidade de ações transformadoras para capacitação de docentes quanto à nova contabilidade brasileira já foi citada em algumas pesquisas como a de Bim, Nogueira e Reis (2010), Oliveira e Varella (2011) e Almeida, Fonteles e Oliveira (2011). Portanto, estudos como o proposto são importantes para permitir a expansão de estudos sobre as normas internacionais de contabilidade e o processo de ensino desses normativos aos alunos de graduação e de pós-graduação.

Esta pesquisa está estruturada em cinco diferentes seções. A primeira, apresentada acima, estabelece a problemática que guiará a execução da pesquisa. A segunda apresenta o referencial teórico. A terceira apresenta a metodologia empregada para resolução da problemática do estudo. A quarta se refere à análise dos dados coletados e os resultados. Por fim, a última seção apresenta as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O PROCESSO DE CONVERGÊNCIA NO BRASIL

A tendência de adoção mundial das IFRS influenciou o Brasil para que fizesse o mesmo. Lourenço (2010) afirmou que essa tendência modificou a regulação existente e exerceu influência na estrutura da contabilidade brasileira. Mais do que a normatização de padrões técnicos, essa mudança é voltada para estruturas, conceitos e princípios, o foco é a essência econômica sobre a forma. A Figura 1 ilustra o processo de convergência das normas brasileiras às normas internacionais de contabilidade.

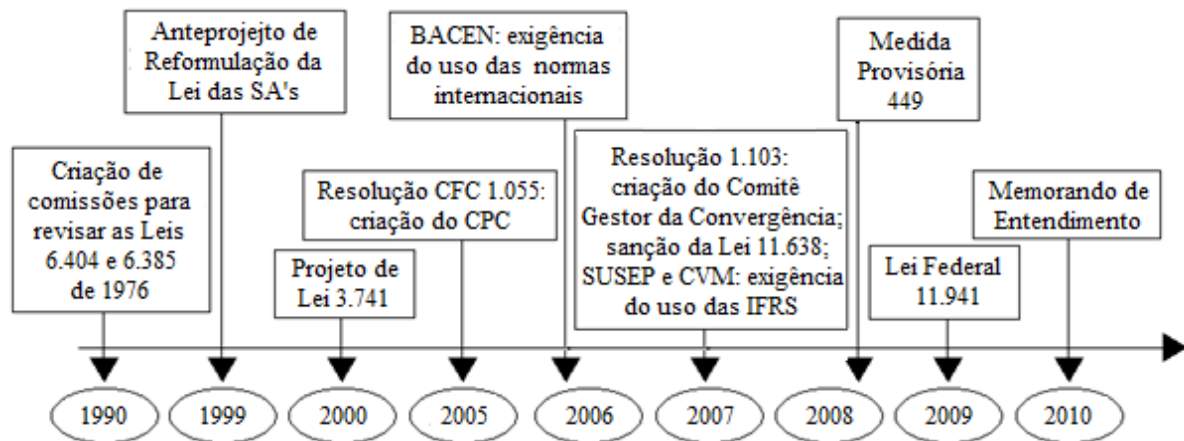


Figura 1: Linha do tempo da convergência no Brasil

Segundo Bim, Nogueira e Reis (2010), o processo de convergência das normas contábeis no Brasil foi iniciado em 1990, pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) que criou três comissões que fariam a revisão das Leis nº 6.404/76 e nº 6.385/76 com sugestões para futuras alterações. O trabalho das comissões terminou no ano seguinte, no tocante a parte contábil propuseram-se conceitos usados em mercados internacionais de países desenvolvidos. As propostas foram encaminhadas ao Poder Executivo e ao Congresso Nacional para aprovação, mas as discussões acerca dos aspectos contábeis foram postergadas, apenas sendo aprovadas questões sobre relações societárias entre acionistas.

Em 1999, no mês de julho, foi entregue ao Ministro da Fazenda o Anteprojeto de Reformulação da Lei das Sociedades por Ações, que tratava de mudanças importantes relacionadas aos aspectos contábeis. Em 2000, esse anteprojeto foi transformado no Projeto de Lei nº 3.741/2000 (BIM; NOGUEIRA; REIS, 2010). Segundo a CVM (s.d.), o objetivo desse anteprojeto era:

Adequar a parte contábil da lei de forma a atender a necessidade de maior transparência e qualidade das informações contábeis [...]; criar condições para harmonização da lei com as melhores práticas contábeis internacionais; buscar eliminar ou diminuir as dificuldades de interpretação e de aceitação das nossas informações contábeis, principalmente quando existem dois conjuntos de demonstrações contábeis, um para fins internos e outro para fins externos, com valores substancialmente diferentes; conseqüentemente, reduzir o custo (taxa de risco) provocado por essas dificuldades de interpretação e de aceitação; reduzir o custo de elaboração, de divulgação e da auditoria das nossas demonstrações contábeis.

Todavia, esse projeto ficou em discussão por anos no Congresso Nacional e não foram obtidas conclusões a respeito da modificação da legislação societária. Os órgãos reguladores tiveram, então, que iniciar o processo de convergência com os instrumentos que possuíam. A primeira ação dos órgãos reguladores, ocorrida em 2005, com a criação do CPC pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), por meio da Resolução CFC nº 1.055/05. O objetivo do CPC é o estudo, o preparo e a emissão de pronunciamentos técnicos que se baseiam em procedimentos de contabilidade internacional para a emissão e normas, para que o processo seja uniformizado, tendo em vista a convergência do padrão contábil brasileiro aos padrões internacionais (BIM; NOGUEIRA; REIS, 2010, p. 3).

O Banco Central do Brasil (BACEN) pelo Comunicado nº 14.259/06, a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) pela Circular nº 357/07, e a CVM, pela Instrução nº 457/07, passaram a exigir das entidades sob sua alçada a convergência das normas com o padrão internacional a partir de 31 de dezembro de 2010, de forma independente em relação à legislação complementar. Em 2007, no mês de novembro, o CFC criou o Comitê Gestor da Convergência no Brasil, por meio da Resolução nº 1.103/07, composto pelo BACEN, pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) e

pela CVM, além do CFC. O objetivo desse comitê era viabilizar as mudanças necessárias para a convergência (BIM; NOGUEIRA; REIS, 2010)

Em dezembro de 2007, sancionou-se a Lei nº 11.638/07, possuindo alterações contábeis parciais, pois não incluiu as alterações propostas no anteprojeto original do ano de 2000 (BIM; NOGUEIRA; REIS, 2010). Essas alterações do anteprojeto original (alterações conceituais) foram incluídas pela Medida Provisória nº 449/08, que foi posteriormente transformada na Lei Federal nº 11.941/09. (LIMA, 2011). Bim, Nogueira e Reis (2010, p. 5), destacaram as principais alterações conceituais da Lei nº 11.638/07:

- a) Não influência da legislação tributária na escrituração mercantil; b) Inclusão, no conceito de ativo imobilizado, dos bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia ou da empresa ou exercícios com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens; c) Obrigatoriedade de efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado e ativo intangível (*impairment test*); d) Cálculo da depreciação, exaustão e amortização em função da vida útil econômica estimada do bem.

Em janeiro de 2010, o IASB, o CFC e o CPC assinaram o Memorando de Entendimento, que certifica que as normas brasileiras de contabilidade emitidas pelo CPC continuem se baseando nas normas do IASB (LIMA, 2011).

2.2 PESQUISAS SOBRE IFRS

Bim, Nogueira e Reis (2010) tiveram como objetivo analisar, sob a perspectiva dos alunos e dos professores de Ciências Contábeis, os fatores que afetarão o processo de ensino-aprendizagem, no ambiente acadêmico, e que estarão presentes na prática profissional dos futuros contadores, nos próximos anos. Verificou-se que a maioria absoluta dos alunos tem conhecimento quanto à existência do processo de convergência, mas acreditam que a mudança esteja mais relacionada a questões formais do que a questões conceituais. Verificou-se também que os docentes apresentam resistência em colocar em prática as modificações conceituais necessárias para que se transponha a prática contábil nacional para a internacional.

No ano seguinte, Oliveira e Varella (2011) também realizaram uma pesquisa relacionada à educação, incluindo somente a ótica dos professores e das instituições de ensino. Seu objetivo foi à análise dos currículos dos cursos de contabilidade de instituições de ensino da região metropolitana de Londrina em relação às normas internacionais de contabilidade e a identificação das ações promovidas por essas instituições para a capacitação dos docentes dos cursos de graduação em Ciências Contábeis. Os resultados apontaram para uma baixa aderência das grades curriculares aos CPCs e às IFRS e também para a ausência de ações promovidas pelas instituições de ensino superior para a capacitação dos professores dos cursos de graduação em Ciências Contábeis.

Concomitantemente, a pesquisa de Pereira (2011) teve como objetivo verificar o nível de conhecimento dos alunos sobre as IFRS, conforme a metodologia de ensino utilizada nas Instituições de Ensino Superior (IES) do Distrito Federal, e como esses alunos estão sendo preparados para ingressar no cenário de convergência contábil. Os resultados mostraram que o método de ensino tradicional, em que a matéria é exposta e interpretada pelo professor, é o mais usado nos cursos de contabilidade do Distrito Federal. Além disso, o conhecimento global das normas internacionais de contabilidade estava no mesmo nível entre os alunos e concluiu-se que o aprendizado em sala de aula não é suficiente para suprir a nova demanda da profissão contábil.

Ainda no mesmo ano, Almeida, Fonteles e Oliveira (2011), realizaram um trabalho com o objetivo de descrever as medidas adotadas pelas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) brasileiras acerca do ensino das novas práticas contábeis em decorrência da convergência internacional da

contabilidade. Observou-se que há um razoável nível de compatibilidade entre as propostas nacionais e internacionais nas disciplinas e nos conteúdos oferecidos pelos cursos de Contabilidade das IFES. Também foi observado que a qualificação docente é o principal obstáculo para o ensino das novas práticas e as IFES tiveram poucas ações que visassem o aperfeiçoamento do docente nessa área.

Outra pesquisa realizada no Brasil é a de Fernandes *et al* (2011), em que seu principal objetivo foi analisar a percepção dos docentes que lecionam nos cursos de graduação em Ciências Contábeis do Brasil em relação ao atual processo de convergência internacional. Quanto aos resultados referentes aos conhecimentos dos docentes, 64,2% se sentiam aptos a lecionar as mudanças trazidas com a adoção dos IFRS, contra 35,8% (63) que não se sentiam capacitados. Entre as mulheres, 51,1% acreditavam estar aptas ao ensino das IFRS, enquanto essa proporção é 64,2% para os homens. Já em relação às instituições públicas e privadas, 55,6% dos professores de instituição pública e 70,2% de particulares acreditavam estar aptos a ensinar as IFRS. Finalmente, quanto à dedicação dos docentes, 53,8% (ou 43) que se dedicavam exclusivamente ao ensino se sentiam seguros quanto ao ensino da contabilidade diante de tantas modificações, contra 72,9% dos professores que possuíam outra profissão. Embora a maior parte dos docentes afirma que estão aptos a ensinar as IFRS, 72,7% dos professores não concordavam que as IES brasileiras estavam preparadas para as mudanças decorrentes da adoção das IFRS.

Hiramatsu, Mayangsari e Saito (2012) investigaram o efeito do ensino de contabilidade na implementação das IFRS em escolas de graduação, pós-graduação e em programas profissionais da Indonésia, tanto públicas como privadas. Foram utilizados nessa pesquisa entrevistas e questionários. Primeiro, foi pesquisado como os currículos de contabilidade e os livros para o ensino das IFRS foram compostos nas universidades da Indonésia. Depois, foram verificados os esforços dos professores para ensinar as IFRS aos alunos. Por último, foram examinados os planos de inclusão das IFRS no ensino de contabilidade. Quanto aos principais resultados, verificou-se que algumas universidades já mudaram seus currículos ou planos de ensino, enquanto que outras estão planejando a mudança, de modo que a implementação ocorra com a imposição governamental das IFRS em 2012. Porém, verificou-se que algumas IES não consideram necessária a mudança da grade curricular, pois acreditam que as IFRS são um entre distintos métodos que podem ser utilizados na prática.

De modo geral, Hiramatsu, Mayangsari e Saito (2012) verificaram-se problemas como: não há financiamento suficiente para os professores adquirirem e entenderem os livros de ensino das IFRS; é difícil o entendimento, tanto para alunos quanto para professores, das IFRS originais escritas em inglês e a tradução é demorada, problema que ocorre semelhantemente no Japão; e nível baixo de pesquisa por parte dos alunos. Já em relação aos questionários, os principais resultados mostraram que: 40,5% dos respondentes esperavam ter conhecimento amplo das IFRS no nível da graduação; 10,4% dos professores não fizeram nada ou não têm planos para ensinar as IFRS; 10,3% dos professores disseram que eles não estavam cientes frente ao desenvolvimento do currículo, de materiais de ensino, e do treinamento de professores para o ensino das IFRS; e em uma das universidades, o plano é contratar um professor recém-formado em IFRS.

A pesquisa de Stephanie Wehrung (2011) investigou o nível de preparação dos estudantes de contabilidade da *Coastal Carolina University*, situada nos EUA, em relação as mudanças das normas contábeis. Por meio de questionários do conhecimento em IFRS distribuídos aos estudantes de contabilidade e de entrevistas com membros do departamento de contabilidade e com a respectiva administração, foi realizada uma avaliação do ensino das IFRS nesta universidade. Os resultados dos questionários mostraram que a média das notas dos alunos do Intermediário I foi de 41%. Em relação ao nível Intermediário III, a média foi de 34%. Já as entrevistas mostraram a importância da comunicação entre o corpo docente e a administração na decisão de incorporar as IFRS, bem como o

que impede a *Coastal* de incluir as IFRS ao currículo. Os professores, de modo geral, consideraram seus conhecimentos em IFRS como limitados.

Outra pesquisa realizada nos EUA é a de Dorman (2012), em que o objetivo foi investigar se os professores da cidade de Rochester, nos EUA, estavam ou não preparados para ensinar as IFRS nos cursos de contabilidade, como eles estavam planejando se adaptar às mudanças e a absorção geral relacionada ao impacto das IFRS. A amostra final foi composta de professores pertencentes a dezesseis IES públicas e privadas. De acordo com os principais resultados, 69,23% dos professores acreditavam que os docentes de todo o país, de forma geral, não estavam preparados para ensinar as IFRS. De forma específica, 57,69% dos docentes acreditavam que as IES situadas em Rochester, que lecionavam, estavam preparadas para ensinar as IFRS. Logo, percebeu-se uma total falta de preparo em todo o país, mas os professores de Rochester tinham uma percepção de que a sua instituição estava preparada para ensinar IFRS.

3 METODOLOGIA

Quanto aos objetivos, esta pesquisa é classificada como descritiva, pois descreveu um fenômeno, que é o conhecimento dos docentes de cursos de graduação em Ciências Contábeis (modalidade presencial) da Grande Goiânia relativo às IFRS.

A população contempla os professores de cursos presenciais de graduação em Ciências Contábeis das IES da Grande Goiânia. Para a seleção dessas IES, foi verificado por meio do *site* do e-MEC que as cidades da região metropolitana de Goiânia que possuem o curso de Ciências Contábeis na modalidade presencial são: Goiânia, Aparecida de Goiânia e Trindade. Totalizando dezessete IES que possuem o curso de graduação presencial em Ciências Contábeis.

Após verificar as IES da Grande Goiânia, realizou-se a pesquisa do corpo docente nos respectivos *sites*. Apenas a Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC GOIÁS) e a Universidade Federal de Goiás (UFG), 11,76% da amostra, possuíam a listagem dos professores. Na sequência, os coordenadores das demais IES foram contatados por meio de *e-mails* ou pessoalmente, sendo que dez (58,82%) forneceram os nomes e *e-mails* dos professores, e cinco (29,41%) não, conforme Tabela 1.

Tabela 1: Obtenção do corpo docente

CORPO DOCENTE OBTIDO NOS SITES		%
1	Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC GOIÁS	11,76
2	Universidade Federal de Goiás - UFG	
INSTITUIÇÕES RESPONDENTES		
3	Faculdade Araguaia - FARA	58,82
4	Faculdade Brasileira de Educação e Cultura – FABEC BRASIL	
5	Faculdade Padrão – PADRÃO	
6	Faculdade Noroeste - FAN	
7	Faculdade Delta	
8	Faculdade Unida de Campinas – FACUNICAMPS	
9	Universidade Paulista – UNIP	
10	Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO	
11	Universidade Estadual de Goiás – UEG	
12	Instituto Aphoniano de Ensino Superior - IAESUP	
INSTITUIÇÕES NÃO RESPONDENTES		
13	Centro Universitário de Goiás – Uni- Anhanguera	29,41
14	Faculdade Alves Faria – ALFA	
15	Faculdade Nossa Senhora Aparecida - FANAP	
16	Faculdade Alfredo Nasser - FAN	
17	Faculdade de Goiânia	

Logo, por não serem listados os professores de algumas IES, não foi possível determinar a população em termos quantitativos. Quanto aos dados obtidos das doze IES, verificou-se que a quantidade total de professores das IES estava acima do real (com duplicidade), pois alguns deles ministram aulas em mais de uma instituição. Assim, elencou-se o número de professores que fazem parte da amostra eliminando a duplicidade de informação, como pode ser observado na Tabela 2.

Tabela 2: Amostra sem duplicidade

	COM DUPLICIDADE	SEM DUPLICIDADE
Nº	95	85
%	100	89

Além dos 85 docentes, mais 8 fizeram parte da amostra, os quais não informaram em qual IES lecionam. Os mesmos foram contactados por intermédio de outros professores participantes da pesquisa. Logo, a amostra final foi composta por 93 professores.

A estratégia de pesquisa utilizada foi o levantamento, utilizando como técnica de coleta de dados o questionário. O questionário é composto de duas partes. A primeira parte contempla questões abertas e fechadas, sobre informações pessoais dos respondentes, tais como: sexo, idade, tempo de magistério, maior titulação, IES que leciona, disciplinas ministradas, experiência profissional, fluência em língua estrangeira, formas de atualização em relação às IFRS e participação em cursos sobre IFRS. A segunda parte, o respondente deveria atribuir uma nota de 0 a 10 sobre os Pronunciamentos Contábeis do CPC. O questionário foi validado pelo comitê de ética da universidade em que os autores estão vinculados. Além disso, a maior parte dos questionários foi enviada por *e-mail* e a outra parte foi entregue pessoalmente aos docentes. Também foi solicitado que os professores divulgassem o questionário para outros professores da Grande Goiânia.

Segundo Martins e Theóphilo (2009), o questionário precisa passar por um pré-teste antes de ser usado definitivamente, de forma que se escolha de três a dez colaboradores, com a finalidade de aprimorar e aumentar a validade e a confiabilidade do instrumento de pesquisa, de forma a atingir o objetivo almejado. Assim como recomendado, o questionário desta pesquisa passou pelo pré-teste realizado por três docentes de contabilidade internacional, sendo um deles *controller* de uma grande firma situada no Estado de Goiás.

Segundo Marconi e Lakatos (2007, p. 203), “em média, os questionários expedidos pelo pesquisador alcançam 25% de devolução”. Como aproximadamente 59% dos questionários enviados aos respondentes foram devolvidos, esse número foi considerado satisfatório. A tabela abaixo mostra a porcentagem de devolução.

Tabela 3: Porcentagem de devolução

	AMOSTRA FINAL	RESPONDENTES
Nº	93	55
%	100	59,14

Essa pesquisa é de análise quantitativa, envolvendo a estatística descritiva. Dessa forma, para avaliar o nível de conhecimento dos docentes a partir das notas atribuídas por eles próprios, foram calculadas a média, a mediana, a moda, que são medidas de tendência central, e o desvio-padrão, que é uma medida de dispersão. Além disso, os pronunciamentos pertencentes à segunda parte do questionário de pesquisa foram divididos em três partes, sendo elas denominadas: Parte 1, Parte 2 e Parte 3. Conforme evidencia o Quadro 1.

Quadro 1: Divisão utilizada na pesquisa dos Pronunciamentos emitidos pelo CPC.

PARTE 1	
CÓDIGO	DESCRIÇÃO
Pronunciamento conceitual básico (R1)	Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro;
CPC 03 (R2)	Demonstração dos Fluxos de Caixa;
CPC 04 (R1)	Ativo Intangível;
CPC 09	Demonstração do Valor Adicionado;
CPC 13	Adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08;
CPC 16 (R1)	Estoques;
CPC 18	Investimento em Coligada e em Controlada;
CPC 20 (R1)	Custos de empréstimos;
CPC 23	Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro;
CPC 26 (R1)	Apresentação das demonstrações contábeis;
CPC 27	Ativo Imobilizado; e
CPC 30	Receitas.
PARTE 2	
CÓDIGO	DESCRIÇÃO
CPC 02 (R2)	Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis;
CPC 5 (R1)	Divulgação sobre partes relacionadas;
CPC 6 (R1)	Operações de Arrendamento Mercantil;
CPC 7 (R1)	Subvenção e Assistência Governamentais;
CPC 12	Ajuste a valor presente;
CPC 19	Investimento em empreendimento controlado em conjunto (<i>Joint Venture</i>);
CPC 22	Informações por segmento;
CPC 24	Evento subsequente;
CPC 28	Propriedade para investimento;
CPC 32	Tributos sobre o lucro;
CPC 37 (R1)	Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade.
PARTE 2	
CÓDIGO	DESCRIÇÃO
CPC 8 (R1)	Custos de transação e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários;
CPC 10 (R1)	Pagamento baseado em ações;
CPC 15 (R1)	Combinação de negócios;
CPC 17	Contratos de construção;
CPC 29	Ativo biológico e produto agrícola;
CPC 31	Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada;
CPC 36 (R2)	Demonstrações Consolidadas;
CPC 38	Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração;
CPC 39	Instrumentos financeiros: apresentação;
CPC 40	Instrumentos financeiros: evidenciação;
CPC 43 (R1)	Adoção inicial dos pronunciamentos técnicos CPC 15 a 41; e
CPC PME	Contabilidade para pequenas e médias empresas (R1).

4 ANÁLISE DE DADOS E RESULTADOS

4.1 CARACTERÍSTICAS DOS DOCENTES

Dos 55 docentes colaboradores da pesquisa, 24% são do sexo feminino e 76% são do masculino. A idade média é de 40 anos, com desvio-padrão de 9,71, a idade mediana é igual a 41, ou seja, 50% dos professores têm idade inferior ou igual a 41. A idade mínima é de 24 anos e a máxima é 62, sendo esta uma amostra heterogênea. Quanto ao tempo de docência, a média é de aproximadamente 8 anos, com desvio-padrão de 75,45. Observa-se que 50% dos respondentes têm experiência acadêmica igual ou inferior a 84 meses. Em geral, 11 anos é o tempo de docência com mais frequência entre os professores. O valor mínimo foi de 3 meses de magistério e o máximo de 25 anos. Nota-se que a 51% dos professores são especialistas, 43% mestres, 3,634% doutores e 1,82% possuem apenas a graduação.

Entre o total de respondentes, 29,09% lecionam em IES públicas, 60% em particulares, enquanto que 10,91% atuam tanto nas IES públicas e particulares. Este achado corrobora com a dificuldade em se estabelecer o número preciso de docentes das IES da grande Goiânia. Alguns ministram aulas em mais de uma instituição. Nota-se que 85% dos respondentes possuem experiência profissional no âmbito empresarial e 15% dedicam-se exclusivamente à docência. Observa-se que 67% dos professores não possuem fluência em língua estrangeira. Em relação à participação em cursos sobre normas internacionais de contabilidade, nota-se que a maioria (65%) já participou de algum curso. Este número pode ser considerado expressivo, porque a maioria tem buscado aprender sobre as mudanças na contabilidade brasileira. Porém, é relevante o número de docentes que ainda não buscou atualizar-se em relação às novas normas de contabilidade, perfazendo o total de 35%.

Quanto às formas de atualização dos respondentes em relação às IFRS, a maior parte deles se atualiza por livros (26,17%), seguida por palestras (22,82%), cursos (20,81%) e seminários (18,79%). Para a opção Outros (10,74%), os professores citaram a *internet*, *sites* do CFC/CPC/IASB, congressos, artigos e pronunciamentos dos órgãos reguladores, intercâmbio e parceria com outros colegas do mesmo segmento contábil e trabalhos de TCC. Destaca-se que 0,67% dos professores não se atualizam.

4.2 CONHECIMENTO RELATIVO À PARTE 1

A Tabela 4 exibe a média aritmética, a mediana, a moda e o desvio-padrão dos pronunciamentos da Parte 1.

Tabela 4: Parte 1

MEDIDAS DESCRITIVAS	PRONUNCIAMENTO					
	CONCEITUAL BÁSICO (R1)	CPC 03 (R2)	CPC 04 (R1)	CPC 09	CPC 13	CPC 16 (R1)
Média aritmética	7,51	6,91	6,4	6,4	6,86	6,58
Mediana	8,00	8,00	7,00	7,00	8,00	7,00
Moda	8,00	9,00	8,00	8,00	8,00	8,00
Desvio-padrão	1,92	2,61	2,45	2,63	2,59	2,42
MEDIDAS DESCRITIVAS	CPC 18	CPC 20 (R1)	CPC 23	CPC 26 (R1)	CPC 27	CPC 30
Média aritmética	5,58	5,27	5,07	7,79	7,31	6,78
Mediana	6,00	6,00	6,00	8,00	8,00	8,00
Moda	7,00	7,00	6,00	9,00	8,00	8,00
Desvio-padrão	2,73	2,75	2,87	2,02	2,13	2,67

A maior média de conhecimento em relação às normas internacionais de contabilidade é a do CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis, que é de 7,79, com desvio-padrão de 2,02. Nota-

se que 50% dos professores se avaliaram com nota igual ou inferior a 8,00 e a nota que apareceu com mais frequência foi 9,00. Dos 55 professores, 15 (27,27%) se autoavaliaram com 9,00 e 14 (25,45%) com 8,00, que é um valor bastante aproximado da média.

A menor média é a do CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro, que é de 5,07, com desvio-padrão de 2,75. A mediana e a moda têm o mesmo valor, que é 6,00. Desta forma, 50% dos docentes atribuíram nota igual ou inferior a 6,00 e essa foi moda encontrada. Destaca-se que 14,55% (8 professores) da amostra se autoavaliaram com 6,00, apesar de a média ser 5,07. Apenas 5 docentes (9,09%) atribuíram nota 5,00.

Em relação ao Pronunciamento Conceitual Básico (R1) - Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro, a média é igual a 7,51 e o desvio-padrão a 1,92. Entre todos os respondentes, 50% tiveram notas igual ou inferior a 8,00. Apesar de a média ser 7,51, 40% dos professores se autoavaliaram com a nota mais frequente (moda), que é 8,00.

De forma geral, a média de conhecimento para os CPCs da Parte 1 é de 6,54, com desvio-padrão de 0,31. Entre todos os docentes, 50% se avaliaram com nota igual ou menor que 7,50 e a nota que mais se repetiu foi 8,00.

4.3 CONHECIMENTO RELATIVO À PARTE 2

A Tabela 5 apresenta as medidas descritivas calculadas para a Parte 2.

Tabela 5: Parte 2

MEDIDAS DESCRITIVAS	CPC 02 (R2)	CPC 5 (R1)	CPC 6 (R1)	CPC 7 (R1)	CPC 12	CPC 19
Média aritmética	4,29	4,67	5,35	4,73	5,81	4,49
Mediana	5,00	5,00	6,00	5,00	6,00	5,00
Moda	5,00	7,00	7,00	5,00	7,00	5,00
Desvio-padrão	2,76	3,21	2,95	2,86	2,74	2,62
MEDIDAS DESCRITIVAS	CPC 22	CPC 24	CPC 28	CPC 32	CPC 37 (R1)	
Média aritmética	4,29	4,67	4,62	5,78	6,27	
Mediana	5,00	6,00	5,00	7,00	7,00	
Moda	0,00	6,00	0,00	8,00	5,00	
Desvio-padrão	2,87	3,06	3,00	2,95	2,65	

A maior média de conhecimento é a do CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade, que é de 6,27; e desvio-padrão é de 2,65. Entre todos os pesquisados, 50% se arrogaram com nota igual ou inferior a 7 para esse CPC e a nota mais frequente foi 5,00. Dos 55 respondentes, 11 (20%) se autoavaliaram com 5,00 (moda), sendo que ao observar a nota 6,00 (mais próxima da média) apenas 12,72% a atribuiu.

Dois CPCs têm a menor média: o CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis e o CPC 22 – Informações por segmento. Esse valor é igual a 4,29, sendo que o desvio-padrão do primeiro é 2,76 e do segundo 2,87. Para os dois pronunciamentos, 50% dos professores se qualificaram com nota igual ou inferior a 5,00. A nota mais frequente do CPC 02 (R2) foi 5,00, em que 10 (18,18%) professores se autoavaliaram com ela. A nota 4,00 é a mais próxima da média, apenas 3 (5,45%) docentes se autoavaliaram com esta nota. A nota mais frequente do CPC 22 foi 0,00, considerando que 9 (16,36%) dos docentes se avaliaram com ela. A nota 4,00 é a que mais se aproxima da média, apenas 4 (7,27%) respondentes a atribuíram.

De forma geral, para a Parte 2, a média, a mediana e a moda apresentaram valores iguais e o desvio-padrão teve um valor baixo. A média de conhecimento para os pronunciamentos dessa parte é 5,00, sendo essa a nota mais frequente. Observa-se que 50% dos docentes atribuíram nota igual ou inferior a 5,00.

4.4 CONHECIMENTO RELATIVO À PARTE 3

A Tabela 6 demonstra a média, a mediana, a moda e o desvio-padrão das notas atribuídas pelos professores para os CPCs da Parte 3.

Tabela 6: Parte 3

MEDIDAS DESCRITIVAS	CPC 8 (R1)	CPC 10 (R1)	CPC 15 (R1)	CPC 17	CPC 29	CPC 31
Média aritmética	4,27	4,07	4,55	4,13	4,04	4,49
Mediana	5,00	5,00	5,00	5,00	4,00	5,00
Moda	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5,00
Desvio-padrão	2,93	2,79	2,85	3,05	3,14	2,81
MEDIDAS DESCRITIVAS	CPC 36 (R2)	CPC 38	CPC 39	CPC 40	CPC 43 (R1)	CPC PME
Média aritmética	5,91	4,87	4,87	4,76	5,13	6,43
Mediana	7,00	5,00	5,00	5,00	6,00	7,00
Moda	7,00	7,00	5,00	5,00	7,00	8,00
Desvio-padrão	2,68	2,49	2,53	2,56	2,62	2,59

As médias de conhecimento dos professores em relação às IFRS tiveram valores aproximados. A maior média é 6,43 e refere-se ao CPC PME – Contabilidade para pequenas e médias empresas (R1), em que o desvio-padrão é de 2,59. Destaca-se que 50% dos respondentes atribuíram nota igual ou abaixo de 7,00. A moda é 8,00 e apesar de 12 (21,82%) docentes se autoavaliaram com essa nota, 11 (20%) se autoavaliaram com 7,00, que é um valor mais aproximado da média. Apenas 4 (7,27%) respondentes atribuíram a nota 6,00.

Já a menor média, que é 4,04, refere-se ao CPC 29 – Ativo biológico e produto agrícola. O desvio-padrão é 3,14, a mediana é 4,00. A moda é 0,00, considerando que 14 (25,45%) professores se autoavaliaram com esta nota. Apenas 6 (10,91%) professores se atribuíram a nota 4,00, que é a mais próxima da média.

De forma geral, a média de conhecimento referente a todos os pronunciamentos da Parte 3 é de 4,79 e o desvio-padrão é 0,21. A mediana é igual a 5,00, ou seja, 50% dos professores imputaram a si notas menores ou iguais a 5,00. A nota 0,00 foi a mais atribuída pelos docentes no tocante aos CPC da Parte 3.

4.5. CONHECIMENTO RELACIONADO A TODOS OS PRONUNCIAMENTOS

A Tabela 7 apresenta as medidas da estatística descritiva relacionadas a todos os pronunciamentos utilizados nesta pesquisa.

Tabela 7: Medidas descritivas para todos os pronunciamentos

MEDIDAS DESCRITIVAS	VALORES
Média aritmética	5,46
Mediana	6,00
Moda	8,00
Desvio-padrão	0,29

A média aritmética de conhecimento relativo às normas internacionais de contabilidade dos cinquenta e cinco professores pesquisados é igual a 5,46, com desvio-padrão de 0,29. Entre todos os docentes, 50% se avaliaram com nota igual ou inferior a 6,00 e a nota mais atribuída foi 8,00.

Esse nível de conhecimento é baixo, sendo necessária maior atualização dos docentes em relação aos CPCs. Segundo Almeida, Fonteles e Oliveira (2011), o professor é um agente que integra a universidade com a comunidade, sendo o aprendizado contínuo pressuposto da profissão contábil e a atualização essencial na área acadêmica. A pesquisa desses autores constatou o baixo investimento

na atualização relacionada às novas práticas contábeis. Bim, Nogueira e Reis (2010) apuraram por meio de um questionário que 21,6% dos docentes pesquisados, pertencentes às instituições públicas, discordaram sobre estar atualizados em relação aos CPCs.

Guimarães *et al.* (2011) realizaram uma pesquisa em Lúna e Muniz Freire (Espírito Santo), em que o questionário aplicado possuía sete alternativas relacionadas com a convergência das normas contábeis. O nível de conhecimento foi avaliado com base na quantidade de opções escolhidas, sendo que todas elas eram corretas. Desta forma, se o respondente escolhesse entre uma e três opções, seu nível de conhecimento era baixo; se escolhesse entre quatro e cinco, o nível era médio; e se escolhesse entre seis e sete, o nível era alto. Os autores verificaram que a maior parte (62,5%) dos profissionais participantes da pesquisa não possui um bom nível de conhecimento acerca do assunto abordado e 37,50% dos profissionais possuem nível alto de conhecimento. Além disso, 17,65% dos respondentes da pesquisa sentiam-se preparados e seguros para atuar, sendo um percentual baixo. Apenas 29,41% dos respondentes afirmaram possuir uma noção sobre o assunto, precisando de qualificação para dominá-lo, ao passo que 23,53% se sentiam despreparados.

A pesquisa de Wehrung (2011) na *Coastal Carolina University*, Estados Unidos, que diferentemente desta avaliou o conhecimento de estudantes de contabilidade, mostrou que a média das notas relativas às IFRS desses estudantes do nível Intermediário I foi de 41%. Em relação ao nível Intermediário III, a média foi de 34%, o que foi uma surpresa, pois os estudantes desse nível deveriam ter maior conhecimento em relação aos discentes do nível Intermediário I. Dos resultados de entrevistas feitas, apurou-se que os professores, de modo geral, consideraram seus conhecimentos em IFRS como limitados, não sendo avaliado o nível de conhecimento deles.

Pereira (2011) também verificou por meio de questionário o nível de conhecimento dos alunos sobre as IFRS, conforme a metodologia de ensino utilizada nas IES do Distrito Federal. O conhecimento baixo foi verificado em relação a alguns pronunciamentos (contratos de construção, combinação de negócios, valor justo e *impairment test*) assim como em relação a conteúdos das normas internacionais. Observa-se que os alunos desconheciam as novas normas. Os estudantes do Distrito Federal tiveram conhecimento bom nos pronunciamentos que tratam da Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) e da Estrutura Conceitual para elaboração das demonstrações contábeis, tendo em vista que a DFC não se configura como uma novidade conduzida pelas normas. De acordo com autor, não houve tempo hábil para preparação da sociedade em geral, frente ao início do processo de convergência e a obrigatoriedade do uso das IFRS por parte das empresas do Brasil, por isso nenhum dos estudantes do Distrito Federal afirmou possuir conhecimento excelente sobre as normas (PEREIRA, 2011).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a internacionalização dos mercados, surgiu a convergência das normas internacionais de contabilidade e junto a ela a necessidade de estudar mais o tema, de entendê-lo e de aperfeiçoar o conhecimento do profissional contábil. Desta forma, esta pesquisa objetivou avaliar o nível de conhecimento dos docentes de cursos de graduação em Ciências Contábeis (modalidade presencial) acerca das normas internacionais de contabilidade.

O nível de conhecimento dos docentes de Ciências Contábeis da Grande Goiânia acerca das normas internacionais de contabilidade é de 5,46. Esse nível conhecimento é baixo e revela que os professores não estão atualizados em relação às IFRS, considerando que a convergência total no Brasil ocorreu em 2010. Apesar do nível de conhecimento em geral ser baixo, os professores têm conhecimento bom quanto ao CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, em que a média é 7,79. O CPC menos conhecido pelos docentes é o CPC 29 – Ativo biológico e produto agrícola, em que a média é 4,04.

Entre as três partes, a Parte 1 é a de maior conhecimento dos professores, em que a média é 6,54. Esse nível de conhecimento ainda é um pouco baixo. Apesar disso, dois pronunciamentos dessa parte, além do CPC 26, se destacam pela média de conhecimento boa, que é o Pronunciamento Conceitual Básico (R1) e o CPC 27 - Ativo Imobilizado, com níveis de conhecimento de 7,51 e 7,31, respectivamente.

Quanto à Parte 2, o nível de conhecimento dos professores é baixo, sendo igual a 5,00. O CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade é o que os docentes mais conhecem, porém ainda é baixo, sendo a média igual a 6,27. Porém, ao considerar a quantidade de professores (20%) que se atribuíram a nota da moda (5,00), esta é mais representativa que a média nesta classificação.

Em relação à Parte 3, o nível de conhecimento é 4,79, sendo mais baixo que as outras duas partes. Os respondentes têm mais conhecimento sobre o CPC PME – Contabilidade para pequenas e médias empresas (R1), em que o nível é de 6,43, também considerado baixo. Entre todos os docentes, 20% se avaliaram com 7,00, que é uma nota mais representativa que a média, considerando que apenas 7,27% respondentes se autoavaliaram com nota 6,00, que é a que mais se aproxima da média.

Este estudo contribui para discutir se há necessidade ou não de promover ações (cursos de atualização, palestras, educação continuada) para aprimorar o conhecimento dos profissionais da classe, especialmente os professores. Espera-se que a contribuição para a sociedade seja, então, o aprimoramento da produção de informações contábeis, realizada em conformidade com as IFRS.

Recomenda-se a realização de uma pesquisa para averiguar o motivo da baixa assimilação dos conhecimentos cognitivos no tocante às normas internacionais de contabilidade pelos docentes, tendo em vista que a convergência total ocorreu em 2010 e que estas normas (CPCs) são aplicadas para a maioria das entidades. Outra pesquisa poderia ser realizada para verificar ações das IES para melhorar o nível de ensino, de forma a capacitar os professores.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. R.; FONTELES, I. V.; OLIVEIRA, M. C. Medidas adotadas pelas IFES brasileiras visando a qualificação docente e a adequação de conteúdos com a convergência internacional da contabilidade. In.: CONGRESSO USP DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE, 8, 2011, São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP, 2011.

BIM, E. A.; NOGUEIRA, D. R.; REIS, L. G. Convergência às normas internacionais de contabilidade: uma análise sob a perspectiva docente e discente. In.: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, XXXIV, 2010, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: ENANPAD, 2010.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM). *Anteprojeto de Reformulação da Lei nº 6.404/76*. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/port/atos/leis/anteprojeto.asp>>. Acesso em: 1 maio 2012.

DORMAN, A. *IFRS at Rochester-Area institutions: are professors prepared to teach?* Presented in Partial Fulfillment of the Requirements for graduation in the College Honors Program. Brockport: 2012.

E-MEC. *Sistema eletrônico de acompanhamento dos processos que regulam a educação superior no Brasil*. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 3 jun. 2012.

FERNANDES, B. V. R.; LIMA, D. H. S.; VIEIRA, E. T.; NIYAMA, J. K. Análise da percepção dos docentes dos cursos de graduação em Ciências Contábeis do Brasil quanto ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade aplicadas no Brasil. *Revista de Contabilidade e Controladoria*, Curitiba, v. 3, n. 3, p. 24-50, set./dez. 2011.

GUIMARÃES, L. M.; PAULÚCIO, N. F.; ALMEIDA, F. M. M.; MOURA, R. M. O profissional contábil diante da convergência das normas contábeis: análise da preparação desse profissional nos processos organizacionais. In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 8., 2011., *Anais...* Resende-RJ: AEDB, 2011.

GRECCO, M. C. P.; FORMIGONI, H.; GERON, C. M. S.; SEGURA, L. C. Percepção dos profissionais brasileiros com relação ao processo de convergência contábil às normas internacionais. In.: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, XXXV, 2011, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: ENANPAD, 2011

HIRAMATSU, K.; MAYANGSARI, S.; SAITO, M. Accounting education for the implementation of IFRS in Indonesia. *International Review Of Business*, 12, p. 1-21, março, 2012. Disponível em: <<http://kgur.kwansei.ac.jp/dspace/bitstream/10236/8910/1/12-1.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2012.

INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD (IASB). *Insight: a short history of the IASB*. London: IASC Foundation, 3rd quarter, 2007. Disponível em: <http://www.ifrs.org/NR/rdonlyres/96A0433E-EC92-47C2-8C5BA3A7F2CFAE66/0/Insight_Q307.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2012.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *Fundamentos de metodologia científica*. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LIMA, V. S. Incentivos no nível da firma e consequências econômicas da convergência ao IFRS no Brasil. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo-SP.

LOURENÇO, R. L. *Difusão da convergência brasileira às normas internacionais de contabilidade na comunicação eletrônica dos conselhos da classe contábil*. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Programa de Mestrado em Contabilidade da Universidade Federal do Paraná. Curitiba-PR.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. *Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas*. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

OLIVEIRA, C. R.; VARELLA, P. S. Normas Internacionais de contabilidade, currículo universitário e capacitação docente: um estudo em instituições de ensino da região metropolitana de Londrina-PR. *Revista do CRC PR*, Curitiba, ano 36, n. 160, p. 5, 2011.

PEREIRA, E. M. *Avaliação do nível de conhecimento dos discentes sobre normas contábeis internacionais face ao processo de convergência do IASB: uma análise nas instituições de ensino do Distrito Federal*. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília, da Universidade Federal da Paraíba, e da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Brasília-DF.

WEHRUNG, S. *The effect of IFRS convergence on Coastal Carolina University accounting major students*. Submitted in partial fulfillment of the requirements for the degree of bachelor of science in the honors program at Coastal Carolina University. Conway: 2011.